

Entre dois mundos

A médica Ana Murai... foi presa na madrugada de ontem por desobedecer uma ordem judicial... que determinava a transferência de uma paciente idosa de uma clínica particular para o CTI de um hospital. O Globo 30/07/2009,

A notícia choca. A primeira impressão é que o magistrado exorbitou ao determinar a prisão. Porém, se decisões judiciais não forem cumpridas instala-se o caos. No caso, o criticável não é prisão pelo descumprimento da decisão judicial e sim a própria decisão.

É razoável supor que o magistrado tenha raciocinado que o Estado teria a obrigação de assegurar os direitos à vida da paciente. Como se a recusa em a abrigar no CTI decorresse de um capricho da médica. Essa, por sua vez, não cumpriu a sentença por excesso de desleixo ou de perversidade, e sim por carência de leitos no CTI. O que deveria fazer? Dar alta a algum paciente do CTI para abrir espaço em cumprir a sentença? E se o escolhido viesse a falecer?

Frequentemente a Justiça é chamada a intervir quando o Executivo se revela incapaz de assegurar os direitos fundamentais insculpidos na Constituição. Quase sempre o faz sem uma visão sistêmica. Acerta no varejo e erra no atacado.

Quando um doente entra com uma ação para que o Sistema Único de Saúde (SUS) arque com os custos de caro tratamento no exterior, indispensável para evitar a iminente morte, qual deve ser a decisão do juiz?

Se resolver em favor do doente à sua frente e determinar ao Poder Público que gaste uma fortuna no tratamento, estará implicitamente condenando à morte ou ao sofrimento muitos outros. Isso porque os recursos públicos são insuficientes para atender a todas as necessidades. Se muito dinheiro é gasto num caso, faltarão recursos para, por exemplo, campanhas de vacinação ou obras de saneamento básico, que preveniriam o surgimento de novos doentes.

Provavelmente o hipotético juiz seria mais sensível a causa do demandante de carne e o osso e menos sensível aos interesses dos

anônimos prejudicados. Afinal a Justiça é cega *ma non tropo*. Porém, a sentença contribuiria para a desestruturação do gasto público. Ou seja, atrás de uma bondade em favor de um indivíduo, às vezes se esconde uma maldade contra a coletividade.

A ideia de priorizar, de fazer escolhas, se choca com o direito fundamental à vida. Porém, como proceder se não existe a possibilidade material para a assegurá-lo? Para decidir sabiamente, é preciso conhecer a distância entre o mundo ideal e o real.

Jerson Kelman é professor da COPPE-UFRJ

Publicado em O Globo em 25/08/2009



Adeus ao Estado laico

O projeto apresentado a par-
ticipação de todos os membros do
partido e de todos os filiados. O
objetivo é estabelecer um novo
estatuto do partido e, ao mesmo
tempo, estabelecer um novo
estatuto do Brasil. O novo
estatuto do Brasil, ao mesmo
tempo, estabelece um novo
estatuto do partido. O novo
estatuto do partido, ao mesmo
tempo, estabelece um novo
estatuto do Brasil. O novo
estatuto do Brasil, ao mesmo
tempo, estabelece um novo
estatuto do partido. O novo
estatuto do partido, ao mesmo
tempo, estabelece um novo
estatuto do Brasil.

LUÍZ GARCIA
Ética e política



partido brasileiro no qual o presidente
deixaria de ser o chefe do Executivo
para se tornar o chefe do Poder
Judiciário. Isso seria uma mudança
radical na estrutura do governo
brasileiro. O partido brasileiro
precisaria se adaptar a essa nova
realidade política. O novo
estatuto do partido, ao mesmo
tempo, estabelece um novo
estatuto do Brasil. O novo
estatuto do Brasil, ao mesmo
tempo, estabelece um novo
estatuto do partido. O novo
estatuto do partido, ao mesmo
tempo, estabelece um novo
estatuto do Brasil.

Sem prescrição

De acordo com o artigo 171 da
Constituição, a prescrição é a
extinção do direito de ação
devido ao decorrer do tempo.
No entanto, a prescrição não
se aplica aos crimes de
corrupção ativa. Isso significa
que o autor de um crime de
corrupção ativa não pode
beneficiar-se da prescrição.
Essa regra é fundamental para
garantir a integridade da
administração pública. A
prescrição não se aplica aos
crimes de corrupção ativa,
porque esses crimes são
considerados de natureza
pública. Isso significa que o
Estado tem o dever de
perseguir esses crimes, não
importando o tempo que
decorrer desde o fato.

Entre dois mundos

A política brasileira é marcada
por uma tensão constante entre
dois mundos. De um lado, há
o mundo da política tradicional,
baseado em interesses pessoais
e grupais. De outro lado, há
o mundo da política idealizada,
baseado em princípios éticos
e de justiça social. Essa
tensão é uma característica
fundamental da política
brasileira. Ela explica, em
grande medida, a instabilidade
política do país. Os políticos
brasileiros vivem constantemente
entre esses dois mundos, tentando
conciliar interesses pessoais
com o bem comum. Essa
situação é insustentável a longo
prazo. É necessário que a
política brasileira se libere do
mundo da política tradicional
e se abra para o mundo da
política idealizada. Isso
significaria uma verdadeira
reforma política. A política
brasileira precisa ser baseada
em princípios éticos e de
justiça social, não em
interesses pessoais e grupais.

O verdadeiro impasse

Muitos acreditam que o Brasil
está vivendo um momento de
crise política. No entanto, a
crise política não é o problema
real do Brasil. O verdadeiro
problema do Brasil é o
verdadeiro impasse político.
Este impasse é caracterizado
pela falta de consenso entre
os principais atores políticos
do país. Isso significa que
nenhum dos lados consegue
impor sua vontade. O
verdadeiro impasse político
é uma situação em que
dois lados com interesses
opostos se encontram, mas
nenhum dos dois consegue
vencer. Isso ocorre porque
os dois lados têm recursos
suficientes para se defenderem
mutuamente. O verdadeiro
impasse político é uma
situação em que a vitória de
um dos lados não garante
a vitória do país. Isso ocorre
porque o outro lado sempre
terá recursos suficientes para
se defender. O verdadeiro
impasse político é uma
situação em que a vitória de
um dos lados não garante
a vitória do país. Isso ocorre
porque o outro lado sempre
terá recursos suficientes para
se defender. O verdadeiro
impasse político é uma
situação em que a vitória de
um dos lados não garante
a vitória do país. Isso ocorre
porque o outro lado sempre
terá recursos suficientes para
se defender.

Entre dois mundos

O Brasil vive um momento de
transição política. Isso significa
que o país está passando de
um regime político para outro.
Essa transição é um processo
complexo e cheio de desafios.
O Brasil precisa superar o
verdadeiro impasse político
para avançar. Isso significa
que os principais atores
políticos do país precisam
concordar em um novo
estatuto do Brasil. O novo
estatuto do Brasil precisa ser
baseado em princípios éticos
e de justiça social. Isso
significaria uma verdadeira
reforma política. A política
brasileira precisa ser baseada
em princípios éticos e de
justiça social, não em
interesses pessoais e grupais.

HELENE SARAIVA / A imprensa da esquerda e da direita se dividem sobre o conteúdo da reportagem de Luiz Garcia. O artigo discute a possibilidade de uma reforma política que altere a estrutura do governo brasileiro, colocando o presidente no Poder Judiciário.